

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.325.021 - SP (2018/0171296-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **DS VIAGENS E TURISMO LTDA**  
**ADVOGADO** : **RICARDO DE SÁ DUARTE - SP239754**  
**AGRAVADO** : **ALVARO FERREIRA NETO**  
**AGRAVADO** : **TALITHA MARIA MIRANDA FERREIRA**  
**ADVOGADO** : **WANDERLEY APARECIDO JUSTI JUNIOR - SP337359**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. ANÁLISE LÓGICO-SISTEMÁTICA DA PETIÇÃO INICIAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por DS VIAGENS E TURISMO LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial (e-STJ, fls. 292-293) proposto para impugnar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 252):

AÇÕES CONEXAS Reparação por danos materiais e morais Prestação de serviços turísticos Documentos juntados não considerados como documento novo (art. 435 do CPC/15) Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor (art. 2º do CDC) Contraprestação da viagem/estadia pelo consumidor mediante acompanhamento de grupo de mergulho junto à empresa de turismo na ilha de San Andres (Colômbia) Mudança das condições inicialmente estabelecidas e acordadas à véspera da viagem Discrepância qualitativa do hotel de hospedagem, bem como distância do local em que seriam prestados os serviços de acompanhamento do grupo (staff) Violação ao direito de informação adequada (art. 6º, III, do CDC) Induzimento pela preposta da empresa quanto à manutenção das condições da viagem Circunstâncias que motivaram o retorno antecipado Danos materiais que devem corresponder ao respectivo prejuízo sofrido Consumidores sequer obtiveram algum proveito resultante da má prestação dos serviços Restituição de valores desembolsados de forma simples Danos morais Cabimento Recursos providos, em parte.

Opostos embargos de declaração, o aresto recorrido foi integralizado pela seguinte ementa (e-STJ, fl. 266):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Alegação de erro material e reformatio in pejus Descabimento Interpretação lógico-sistemática das razões recursais que deve partir de uma análise de todo o seu conteúdo Precedentes Inocorrência de qualquer vício Pretensão nítida de rediscussão da matéria Impossibilidade pela via dos declaratórios Prequestionamento Desnecessidade da menção expressa de dispositivos legais para caracterizá-lo CPC 2015, art. 1025 Embargos rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alegou, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, violação aos arts. 141, 492, 1.013 e 1.022, III, do CPC/2015.

Defendeu a existência de omissão no acórdão recorrido, afirmando que o Tribunal de origem deixou de se manifestar sobre a impossibilidade de a Corte local analisar pedido de concessão de indenização por danos materiais não formulado na petição da apelação interposta pelas partes recorridas.

Sustentou a tese da existência de julgamento *extra petita*.

Apreciada a admissibilidade do recurso especial, o Tribunal de origem negou seguimento à insurgência (e-STJ, fls. 292-293).

Diante de tal fato, foi interposto agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 296-305).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Nas razões deste agravo, a recorrente alega ter cumprido com todas as exigências legais para a análise e processamento do recurso especial.

Constatados os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

No apelo excepcional, a recorrente defendeu a existência de omissão e erro material no acórdão recorrido.

A esse respeito, é preciso esclarecer que os embargos de declaração possuem fundamentação vinculada, cujo objetivo é sanear a decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo, por isso, natureza infringente.

Nesse sentido, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte (REsp 1730535/ES, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018).

Analisando os autos, observa-se que o acórdão recorrido é claro ao justificar o acolhimento do pedido de reparação pelas perdas materiais sofridas pelos agravados com a falha na prestação de serviços ofertada pela recorrente, entendendo o Tribunal local que a interpretação do pleito formulado na apelação dos recorridos decorreu da aplicação de critério lógico-sistemático.

Confira-se (e-STJ, fls. 266-267):

2. Ao contrário do que alega o embargante, as razões recursais, como todo ato jurídico, comporta interpretação, direcionada à vontade externada pelo agente, tudo a partir de uma visão do conjunto da peça.

Nesse sentido, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: *“não merece prosperar a afirmação da recorrente de que o julgado decidiu extra petita, ante a suposta inexistência de pedido para a fixação da justa indenização dos valores encontrados na data da perícia, porquanto esta Corte entende que o pedido deve ser extraído mediante uma interpretação lógico-sistemática de toda a peça recursal, de modo que pode ser encontrado no corpo das razões, e não apenas no tópico final, no qual geralmente a parte reitera, como forma de “pedido”, as pretensões que desenvolveu no corpo do recurso”* (STJ, AgRg no REsp 1174853 / TO, Rel. min. Humberto Martins, j. em 19.05.2015).

*“O pedido é o que se pretende com a instauração da demanda e se extrai da interpretação lógico sistemática da petição inicial, sendo de levar-se em conta os requerimentos feitos em seu corpo e não só aqueles constantes*

*em capítulo especial ou sob a rubrica do pedido`” (AI 594.865-AgRg, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, 4ª T., j. 21.10.04 entre outros indicados na obra de THEOTONIO NEGRÃO, 41ª ed., em anotações ao art. 282 do CPC, verbete “12a”).*

[...]

Assim, quanto à pretensão de reparação por danos materiais, ficou bem claro na peça recursal a irresignação da parte, conforme se depreende dos trechos a seguir: “Sendo assim, os consumidores (parte mais frágil da relação jurídica), ora Apelantes, deveriam ser ressarcidos pelos prejuízos suportados, além de serem indenizados pelos danos morais.” (...) E também “ao chegarem ao destino foi vedada a hospedagem e ficaram alojados em local de padrão inferior, implicando em diversos transtornos, é devido o ressarcimento da diferença de diária, além da INDENIZAÇÃO EM DANOS MORAIS (...)ratificando os fatos aludidos na petição inicial” (pág. 191/195).

Assim, analisando peça recursal como um todo, inclusive porque oriundas as razões do inconformismo de demandas conexas julgadas em conjunto, de rigor o reconhecimento de que a irresignação recursal da parte se volta tanto em relação aos danos morais, como também ao ressarcimento pelos danos materiais, algo que ficou bem evidenciado no texto trazido acima.

Diante dessa conclusão, constata-se que o Tribunal originário resolveu a lide com base no entendimento jurídico que considerou adequado ao deslinde da controvérsia, inexistindo, desse modo, vício passível de ser sanado.

Quanto à existência de julgamento *extra petita*, decorrente da apreciação de pedido referente à reparação dos danos materiais, conforme excerto acima transcrito, verifica-se que a Corte estadual afastou a alegação da ocorrência de análise judicial fora dos limites impostos pela petição da apelação, por considerar possível o exame dos pedidos formulados mediante análise totalitária da peça recursal.

De fato, o posicionamento do Tribunal *a quo* encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior, a qual entende inexistir julgamento fora dos limites da demanda quando o julgador examina o pedido com base na interpretação lógico-sistemática de toda petição inicial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA, DE PLANO, DAR PARCIAL

PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DOS REQUERIDOS 1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

2. Conforme o entendimento consolidado neste Tribunal, não configura julgamento ultra petita ou extra petita, com violação ao princípio da congruência ou da adstrição, o provimento jurisdicional exarado nos limites do pedido, o qual deve ser interpretado lógica e sistematicamente a partir de toda a petição inicial. Precedentes. No caso sub judice, a Corte de origem aplicou esse entendimento e considerou que o provimento judicial no tocante à questão da revisão contratual refletiu o pedido formulado na exordial. Incidência da Súmula 83/STJ. Quanto a tese de indenização por danos materiais aos vendedores, não tendo sido compreendida na matéria devolvida ao Tribunal, deve ser decotada do acórdão a deliberação sobre o ponto, visto não constar na lide pelos limites dos pedidos formulados pelos autores na inicial.

3. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem, com base nas provas carreadas aos autos, concluiu que a petição inicial fora instruída com todos os documentos necessários ao desenvolvimento válido e regular do processo. Alterar tal conclusão e declarar a inépcia da petição inicial demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ.

4. Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nesta instância especial a alteração de valores fixados a título de honorários advocatícios somente é cabível se estes se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, exigindo-se, ainda, que as instâncias ordinárias não tenham emitido concreto juízo de valor sobre o tema. Precedentes. No caso em tela, a Corte de origem fixou expressamente os honorários no patamar mínimo de 10% sobre o valor da condenação. Incidência da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 98.905/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 27/09/2017)

PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. PRINCÍPIO DA DEVOLUTIVIDADE E JULGAMENTO ULTRA PETITA. NULIDADES NÃO CONFIGURADAS. LIVRE CONVENCIMENTO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N. 7/STJ. EMBARGOS DE TERCEIRO. RECEBIMENTO DA APELAÇÃO APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO. DECISÃO NÃO IMPUGNADA. PRECLUSÃO TEMPORAL. BEM ARREMATADO. AÇÃO ANULATÓRIA. PRECEDENTES.

1. Afasta-se a alegada violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais.
2. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.
3. Não incorre em ofensa ao princípio *tantum devolutum quantum appellatum* o aresto que conheceu de matéria impugnada nas razões recursais.
4. A aferição da ocorrência de julgamento *ultra petita* se dá com base na interpretação lógico-sistemática de todo o conteúdo recursal, e não apenas de tópico específico relativo aos pedidos.
5. Rever as conclusões do acórdão proferido pelo Tribunal de origem para concluir que houve vício na apreciação das provas, que não deveria incidir a Súmula n. 84 do STJ e que o imóvel penhorado não é de propriedade da parte que ofereceu embargos de terceiro demanda o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.
5. A oposição de embargos de terceiros, desde que não tenham sido rejeitados liminarmente, impõe que o julgador suspenda o curso do processo no qual foi determinada a constrição contra a qual se insurge a parte embargante, tratando-se de medida cogente que independe de requerimento da parte interessada.
7. Se não foi impugnada por meio de agravo de instrumento a decisão que recebeu, apenas no efeito devolutivo, a apelação interposta contra a sentença de improcedência dos embargos de terceiro, não há como reconhecer a violação do disposto no art. 1.052 do CPC por força da preclusão temporal.
8. Após expedida a carta de arrematação do bem penhorado, nos termos dos arts. 694 e 486 do CPC, somente pode haver a desconstituição por meio da ação anulatória (AgRg no REsp n. 1.328.153/SP e REsp n. 1.219.329/RJ), não sendo os embargos de terceiro o instrumento processual cabível.
9. Recurso especial conhecido em parte e parcialmente provido. (REsp 1287458/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016)

Logo, estando a conclusão adotada pelo Tribunal originário em consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior, incide a Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator